



CAPA

O serviço cercado

COM SUA OBRA ECONÔMICA E POLÍTICA DESNUDADA PELOS CAMINHONEIROS, OS GOLPISTAS QUEBRAM A CABEÇA PARA DEFINIR O DESTINO DE TEMER, ENQUANTO ESTE E O STF DISPARAM A SINISTRA ENGRENAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

por ANDRÉ BARROCAL

Quando se aliaram para derrubar Dilma Rousseff, o poder econômico e o poder político prometiam o paraíso. Volta do crescimento, mais empregos, grana no bolso. O nirvana custaria caro, embora isso fosse escondido dos brasileiros. Haveria cortes de direitos e de serviços públicos, ideias que avançariam na marra após terem sido desprezadas nas urnas em 2014. Dois anos depois, o Jardim do Éden revela-se um inferno para a população. Há 2 milhões a mais de desempregados. A renda estancou. A reforma trabalhista precariza as vagas. A economia cresceu só 1% em 2017 e 1,2% no primeiro trimestre de 2018 ante o do ano passado. Resultado: o ibope do governo é ridículo, os presidenciáveis do *establishment* lideram a rejeição nas pesquisas. Se havia dúvida, sumiu com o cortejo fúnebre dos caminhoneiros furiosos contra o preço dos combustíveis, promessa de desastre no PIB no segundo trimestre. O

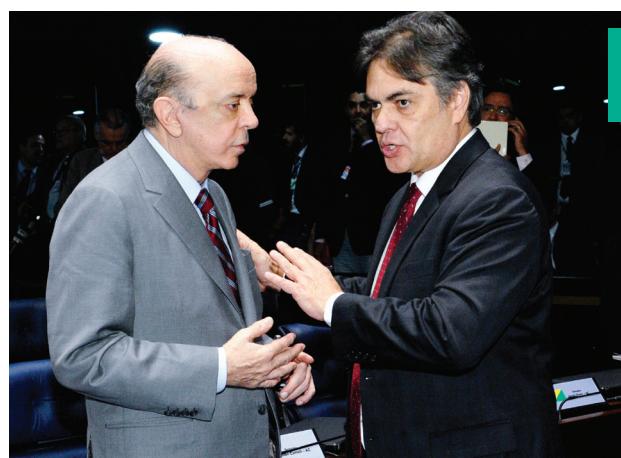
golpe chega morto ao feriado de Corpus Christi, amém.

Os golpistas estão vivos, no entanto, zumbis em busca de soluções capazes de mantê-los no poder. Pode até sobrar para Michel Temer, figura medíocre a quem cabia a tarefa de mero cumpidor de *script*. Sacrificar o emedebista, tirá-lo de cena, é ideia que circula pelo *establishment*, esperança de o mal-estar nacional ser dirigido apenas a ele. A engrenagem está em marcha, para o caso

de abate. Em meio ao apocalipse caminhoneiro, uma comissão do Senado tirou da gaveta uma proposta de novembro de 2015 definidora das regras de uma eleição indireta, restrita a parlamentares (não confundir com parlamentarismo), para a hipótese de o País ficar sem presidente nos dois últimos anos de mandato do governante. Se até 4 de junho nenhum senador pedir votação plenária, o projeto irá para decisão dos deputados.

Rodrigo Maia, o presidente da Câmara,

NELSON ALMEIDA / AFP, LUIZA MARQUES / AG. STF, MARCELO CAMPAGNO / ABRE e WALDEMIRO BARRETO / AG. SENADO



Maia exerga a sua chance, Serra e Cunha Lima tramam contra o ilegítimo





outra vez desponta como beneficiário potencial da desgraça de Temer. Tinha sido assim na votação das duas “flechadas” disparadas no emedebista pelo ex-PGR Rodrigo Janot no ano passado, no embalo do escândalo Fribor. Na época da delação dos criminosos confessos da Fribor, Temer esperneou e deixou claro que não aceitaria o matadouro. E agora? Pela lei da eleição indireta, se houver vacância no Palácio do Planalto a partir de setembro, a Presidência seria tocada, pela ordem, pelo comandante da Câmara, o deputado Caiado, pelo presidente do Senado, o deputado Maia e pelo presidente do Supremo Tribunal Federal



A conversa acima trata provavelmente de parlamentarismo

até a eleição direta em outubro. Maia é presidenciável pelo DEM. Se concorrer sentado no Planalto, suas chances aumentariam, devido à exposição e ao controle da máquina pública? O deputado é um dos governistas desesperados com a greve caminhoneira. Apoiou a agenda impopular de Temer, como a reforma trabalhista, e acha até que a Justiça do Trabalho deveria fechar. Agora afirma que Temer é “distante demais da realidade das pessoas”.

No PSDB, a mesma coisa. A agenda temerista é tucana de alma. Foi o partido que indicou o presidente da Petrobras, Pedro Parente, cuja política de preços voltada para o lucro máximo dos acionistas detonou a revolta caminhoneira. Aliás, foi o senador José Serra o autor da lei que tirou da estatal o direito de estar em todos os campos do pré-sal. Agora há quem cobre a cabeça de Parente e fustigue Temer. “O que se percebe neste instante é que falta governo, falta articulação no comando do Brasil”, disse Cássio Cunha Lima, vice-presidente do Senado. “A crise é grave e por falta de governo pode se agravar ainda mais.” O parecer favorável à lei da eleição indireta é de um tucano, o senador Antonio Anastasia, de Minas Gerais. O autor do projeto é Ronaldo Caiado, do DEM de Rodrigo Maia. Na terça-feira 29, Caiado comentou da tribuna que o Brasil vive “uma situação jamais vista pós-período militar” e que há “o risco, sim, de uma ruptura institucional, se o presidente insistir em querer resistir ao sentimento da sociedade”.

O establishment tem outra solução sinistra para tirar o País da crise, esta articulada pelo próprio Temer, numa triangulação com Gilmar Mendes, o juiz-empresário que é seu conselheiro informal, e Cármen Lúcia, a comandante do Supremo que é sua tiete. No dia em que ficou claro em Brasília o apocalipse sobre rodas, a quinta-feira 24, Temer e Mendes conversaram longamente, fora



CAPA

da agenda de ambos, para variar. Um dia depois, Cármem marcava o julgamento de um processo capaz de parir o parlamentarismo. Será em 20 de junho. É uma ação antiga. Em 1997, o então líder do PT na Câmara, Jaques Wagner, cacique petista peso pesado na atualidade, recorreu ao Supremo para barrar uma proposta de parlamentarismo. Temer presidia a Câmara e criara uma comissão

especial para o tema. A ação alegava que o sistema de governo só podia ser mudado pelo povo. E que este recém tinha se manifestado, no plebiscito de 1993. O Supremo decidirá se o Congresso pode alterar o sistema e se deveria haver consulta à população. Nas duas vezes em que opinou (a outra foi em 1963), o brasileiro deu uma banana à ideia. Em 1963, o presidencialismo teve 82% dos

votos. Em 1993, seu adversário teve 25%.

A ação corre aos cuidados de Alexandre de Moraes, único nomeado por Temer para o Supremo. A dupla conversou na segunda-feira 28, também fora da agenda. Moraes é colaboracionista do governo na greve caminhoneira. Após o fracasso do primeiro acordo anunciado pelo Palácio do Planalto para encerrar a paralisação, Temer apelou às baionetas. Assinou na sexta-feira 25 um decreto para os militares liberarem na marra a circulação nas rodovias, e Moraes deu uma liminar a favor do decreto. Quando o perigo o cerca, o presidente ilegítimo agarra-se aos coturnos. Estreou o hábito há exato um ano, ao mandar as tropas patrulharem Brasília em um dia de protestos por sua deposição. Em fevereiro, botou um general para comandar a intervenção na segurança pública do Rio, tentativa destinada a salvar-lhe a popularidade agora e a liberdade em 2019, quando precisará enfrentar processos judiciais.

Moraes liberou em novembro a ação sobre o parlamentarismo, para Cármem datar o julgamento, se ela achasse pertinente. O caso esteve na pauta do Supremo em 2002, 2015 e 2016. Da última vez, empacou

MARCOS ISSA, CARLOS MOURA E JOSÉ CRUZ/ABR



EDITORIAL

A DEMÊNCIA NOS CONDENADA

Deveríamos gritar: Fora Todos

POR MINO CARTA

Alarga maioria dos brasileiros ignora que a casa-grande desferiu um inédito golpe de Estado dois anos atrás, graças ao conluio entre os próprios Poderes da República, a mídia nativa, setores da Polícia Federal, enquanto as Forças Armadas por ora imitam Pilatos. Esta ignorância tipicamente verde-amarela é o principal sintoma da doença gravíssima a acometer

o País. Trata-se de demência em estágio avançado.

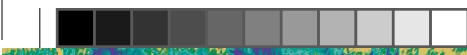
Segundo a Organização Mundial da Saúde, "demência é um amplo espectro de doenças cerebrais que causam uma diminuição crônica, gradual e progressiva da capacidade de pensar e lembrar". Conforme o Dicionário Houaiss, o substantivo feminino significa "comportamento inusual que aparenta, ou sugere loucura, in-

sensatez, doidice e parvoíce".

Há qualquer coisa de profundamente maligno nisso tudo. Historiadores ilustres já disseram e provaram que a Revolução Francesa não transpôs os Pireneus, com a consequência, entre outras, de jamais ter alcançado o Brasil. De fato, a democracia preconizada por Montesquieu, mesmo depois do golpe militar que gerou a República, no País não

passou de uma aparência.

A casa-grande e a senzala continuam de pé, donde a democracia nascida a partir da Revolução de 1789 por estas bandas é impossível. Ora direis: a casa-grande é competente por manter intacto o seu poder. Há competência, entretanto, ao impor a lei da chibata enquanto a senzala é a versão brasileira do limbo? Neste terreno, a questão também



porque o então presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu para a Corte ouvir o Senado antes. O *impeachment* de Dilma estava a mil, e Calheiros comentava, a portas fechadas, que o desejo da Operação Lava Jato de encarcerar Lula acabaria com a Nova República, aquela pós-ditadura de 1964. Hostil a Temer e à banda de Eduardo Cunha, Calheiros, que é do MDB, fez de tudo contra o delírio temerista de concorrer à reeleição e repete a dose contra o neoemedebista Henrique Meirelles, capitão do tal *dream team* econômico, cujos feitos até aqui são desemprego, renda estagnada, pibinho e combustível a preço exorbitante.

Essa política econômica era a dos sonhos da Fiesp, quando a entidade mergulhou no *impeachment*, e agora a federação das indústrias e dos patos amarelos paulistas reclama da revolta sobre rodas. Olíder da Fiesp, Paulo Skaf, manifestou em nota “preocupação e indignação em relação à greve dos caminhoneiros, que já está gerando prejuízos importantes para a indústria e para a sociedade como um todo”. Em carta a deputados em abril de 2016, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), pregava que era



Com a greve, Celso de Mello disse: “Somos reféns”. Meirelles é refém de si mesmo

o decano Celso de Mello, sem saber dos microfones ligados, comentaram a paralisação.

“hora de mudar”, também de olho numa nova política econômica. Agora seu líder, Robson Andrade, reclama dos prejuízos causados pela paralisação do transporte rodoviário.

No STF, chiadeira também. Cármen definiu-se “com preocupação” e desistiu de tomar um jatinho rumo a São Paulo na segunda-feira 28, tendo participado, de Brasília mesmo, por teleconferência, de um debate. Em uma sessão, Mendes e

Diz Rodrigo Janot: “A Venezuela é aqui (...) reação zero”. Quem haveria de reagir?

“Que crise, hein? Guiomar está na rua agora, está impossível...”, disse Mendes, marido de dona Guiomar. “É um absurdo, quer dizer, faz-nos reféns. Tudo bem que possam até ter razão aqui ou ali, mas é um absurdo”, respondeu Mello. O decano deu contribuição pessoal ao golpe que está na raiz da crise caminhoneira. Em março de 2016, gravou um vídeo em um shopping, a pedido de uma antipetista, em defesa do *impeachment* como instrumento legítimo. Mendes foi golpista ativo. Participou de desjejum na casa de Eduardo Cunha para tratar da queda de Dilma e impediu a posse de Lula na chefia da Casa Civil da então presidenta, sob o argumento de que a nomeação era para proteger o petista de Sergio Moro.

O juiz-empresário apontou na terça-feira 29 “uma estranha ausência” em meio à confusão. Cadê a Procuradoria-Geral da República, “muito ativa em outros temas”, perguntou. “Porque aí se

transcende. Nunca foi tão claro que sequer fomos iluminados pelos valores da civilização. Aqui não chegaram a Renascença, as lições de Direito romano, a sabedoria grega. Como diz meu companheiro Luiz Gonzaga Belluzzo, somos selvagens que convivem com avanços tecnológicos representados por computadores e celulares.

A quantidade de situações paradoxais, absurdas, doidas, e todas inexoravelmente daninhas, resultam da demência, a começar por um golpe favorecido pela inércia de um povo

incapaz de reação, perpetrado para impedir de vez o único líder popular de dimensão nacional. Não falta o lado tragicamente patético, o fracasso do golpe, e dos seus paneleiros e beóciós de camiseta canarinho, para expor a dolorosa evidência de um cenário de véspera da guerra.

A demência, de todo modo, é progressiva, estampada nos rostos sinistros dos golpistas. Confesso o sobressalto que padeço ao me deparar com alguns desses semblantes, Cármen Lúcia, a medusa, Eunício Oliveira, foragido de Chicago

nos anos 1920, o pantagruélico Rodrigo Maia, o espectral Pedro Parente. E Temer de dedinhos apontados para o céu, como o futebolista crente ao agradecer a Deus pelo gol feito. Sergio Moro de cenho mussoliniano, Luiz Fux de gráuina empoleirada sobre a cabeça, e tantos mais. Ouço falar de novas ações golpistas na perspectiva eleitoral, nas condições atuais certamente azaiga para a casa-grande. Ouço falar em artimanhas destinadas a alijar Jair Bolsonaro da contenda e do retorno à hipótese parlamentarista. A

demência golpista não tem limites, em meio à epidemia que poupa pouquíssimos e nega a estes o justo capítulo final, o funeral e o enterro do golpe e dos seus autores. Deveríamos implorar: fora todos.

Há quem suponha que bastaria tirar Temer do Planalto e do Jaburu. Desde os correligionários que consideram o presidente ilegítimo como a bola de ferro amarrada aos pés do convicto, até milhões de cidadãos. E se enganam. Para combater a demência, seria indispensável tirar os golpistas em peso.





CAPA

cometeu crime. Já o crime nas rodovias federais, o crime de desabastecimento. Então muitas instituições falharam." Horas antes, a "xerife" Raquel Dodge tinha se pronunciado a respeito, no Conselho Nacional do Ministério Público, e comentou ter montado um comitê para examinar os desdobramentos. Rodrigo Janot, seu antecessor, outro cuja atuação contribuiu para a derrubada de Dilma, tinha lascado no Twitter: "A Venezuela é aqui. Desabastecimento inacreditável. E reação zero. Brincadeira". Faltou dizer quem exatamente deveria ter reagido. A Petrobras? Temer?

O impopular mandatário trama com Mendes o fim do presidencialismo desde que assumiu o poder. Compreensível. Conhece o submundo congressual, seu *habitat* natural, mas não entende as ruas. E precisará de blindagem a partir de 2019, para não ser preso. Se fortalecer o Congresso, terá proteção como recompensa? Um rascunho do que seria o nosso parlamentarismo circula discretamente em Brasília desde o fim do ano, obra do deputado Bonifácio Andrade, do PSDB mineiro. O brasileiro elegeria o presidente, mas este seria uma rainha da Inglaterra, a quem caberia nomear um primeiro-ministro para governar. O premier seria refém do Congresso, que em seis meses poderia demiti-lo. No parlamentarismo mundo afora, quem escolhe o chefe de governo é o maior partido ou bloco congressual. Se o sujeito cai, há outra eleição, a menos que surja um arranjo capaz de juntar uma nova maioria no mesmo Parlamento. "O golpe não é militar, é judicial. Montaram uma maioria no Supremo para isso", diz o deputado Paulo Teixeira, um dos vice-presidentes do PT, a propósito da trama em curso.

Não se sabe se a jabuticaba parlamentarista frutificará, certo é que, por ora, a solução militar não frutificou como reação de Brasília à greve caminhoneira. No Congresso, discutiu-se seriamente a



Parente sabe
escolher os seus
companheiros

entrada dos milicos em cena, como a reportagem testemunhou. Na segunda-feira 28, obscuros deputados diziam numa roda que uma intervenção contra o presidente talvez fosse a solução e tentavam se lembrar de como havia sido no golpe de 1964. O Congresso foi fechado? Miro Teixeira, do partido Rede, passava por perto e rememorou que o golpe cassou parlamentares. Podia ter dito ainda que o fechamento do Legislativo aconteceu de vez em 1968, por quase um ano, graças ao AI-5. O medo de o Congresso ser sacrificado com Temer era a preocupação de Celso Russomano, do PRB, como disse a Ivan Valente, do PSOL. No fim de semana, Russomano havia falado com o comandante militar do Sudeste, general

Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira. Segundo ele, o general teria dito, de forma preocupada, que Brasília precisava dar um jeito de resolver a crise, do contrário havia risco de rebelião da tropa, o pessoal de baixa patente.

A alta oficialidade das Forças Armadas não quer ter de descascar o abacaxi político criado pelos civis. Em uma das várias entrevistas convocadas pelo Planalto nos últimos dias, o general Joaquim Silva e Luna, ministro da Defesa, disse que o "único caminho de acesso ao poder é pelo voto". Detalhe: é o primeiro militar a comandar a pasta desde a criação dela, em 1999. Em outra dessas entrevistas, o general de pijama Sérgio Etchegoyen, chefe do GSI, afirmou que intervenção "é assunto do século passado, eu vivo no século XXI, que está divertidíssimo". Jura? Em agosto de 2017, deu uma palestra no Itamaraty a aspirantes a diplomata e, a portas fechadas, mostrou uma cabeça da Guerra Fria do século XX. Elogiou a ditadura de 1964 e defendeu medidas extremas para a segurança pública. Etchegoyen era um todo-poderoso no Planalto, mas perdeu prestígio na crise caminhoneira. Temer e sua *entourage* culpam o GSI, que comanda a agência de inteligência federal, por não ter dimensionado corretamente a confusão

Até Paulinho da Força Sindical atira em Parente: "Aumentou os preços 12 vezes em um mês, absurdo"



que viria. Uma queixa vocalizada no Congresso por um dos líderes de Temer, o deputado Beto Mansur, do MDB.

Um general contou certa vez à reportagem que os militares são ciosos com a imagem perante os brasileiros. As Forças Armadas é medalha de prata entre as instituições mais confiáveis, com 16%, a Igreja é ouro (40%) e a Justiça, bronze (8%), conforme pesquisa CNT/MDA de maio. Os chefes do Exército, Eduardo Villas Bôas, da Aeronáutica, Nivaldo Rossatto, e da Marinha, Eduardo Bacellar Leal Ferreira, chegaram à patente máxima depois da ditadura. Foram nomeados comandantes em 2015, início do abortado governo da ex-guerrilheira Dilma. No início de maio, Leal Ferreira disse a um parlamentar que o interesse atual da Marinha é tocar seus projetos, como o submarino nuclear, nada de política. Na véspera do julgamento do *habeas corpus* de Lula pelo STF, em abril, Villas Bôas publicou comentários dúbios no Twitter que não eram exatamente investigação de golpe, embora dessem margem a ver ali pressão para a Corte não soltar o petista. Um dia depois, Rossatto divulgou uma nota sem dubiedade. “É muito importante que todos nós, militares da ativa ou da reserva, integrantes das Forças Armadas, sigamos fielmente a Constituição, sem nos empolgarmos a ponto de colocar nossas convicções pessoais acima daquelas das instituições”, escreveu. “Tentar impor nossa vontade ou de outrem é o que menos precisamos neste momento.”

O que não significa que nas Forças Armadas não haja saudosos da ditadura, gente que acha que sua missão é comandar e limpar o País. Quando comandaram, mataram brasileiros com autorização pessoal dos ditadores-presidentes, como mostrou um documento da CIA descoberto recentemente. O documento foi citado pelo procurador de Justiça Andrey Borges de Mendonça em uma denúncia apresentada na segunda-feira 28 contra dois agentes da ditadura, o



Segundo Etchegoyen,
o século XXI “está
divertidíssimo”

então tenente-coronel Mauricio Lopes Lima e o suboficial Carlos Setembrino da Silva, responsáveis por duas execuções em 1970. O sentimento intervencionista é mais disseminado entre os aposentados reservistas e no baixo clero, o pessoal da “tigrada”. E aí Bolsonaro é rei. Desorientado, diga-se.

Pregador antigo de intervenção militar, o reacionário deputado do PSL agora diz que os militares voltarão ao poder pelo voto. No início da greve, declarou apoio. Uma semana depois, dizia o contrário: “Quem aposta no pior, melhor, é exatamente essa esquerda comunista que está aí”. Ídolo de muitos caminhoneiros, Bolsonaro já propôs punir com quatro anos de cadeia pessoas que interditassem estradas, projeto planejado contra o MST e que, se fosse lei, atingiria os caminhoneiros paralisados. O presidenciável



O ministro da
Marinha só pensa no
submarino nuclear

se diz nacionalista, mas o economista que aponta como seu “ministro da Fazenda”, o ultraliberal Paulo Guedes, defende privatizar a Petrobras. E por aqui privatização é sinônimo de alta de tarifa pública. A energia subiria 15%, em caso de venda da Eletrobras, nas contas da Aneel, a agência reguladora do setor. Na telefonia, privatizada em 1998, o Brasil tinha em 2014 o minuto mais caro do mundo, segundo a União Internacional de Telecomunicações. Se os caminhoneiros estão furiosos com o preço do diesel, imagine-se em caso de venda da Petrobras.

En quanto o *establishment* se desesperou e a extrema-direita se desorientou, o campo progressista pisou em ovos. Em notas públicas, PT, PSB, PDT, PCdoB e PSOL mostraram simpatia pela greve, mas reservadamente houve crise existencial, devido ao perfil bolsonarista dos caminhoneiros e ao temor de um golpe militar que derrubasse Temer e cancelasse a eleição. Esperava-se que a greve dos petroleiros iniciada na quarta-feira 30 ajudasse a conscientizar a população em geral e os caminhoneiros em particular, quanto às razões da alta dos combustíveis, ou seja, o neoliberalismo oficial. As seis centrais sindicais ofereceram-se para mediar negociações entre governo e caminhoneiros, mas foram ignoradas. O presidente eterno de uma delas, Paulinho da Força, apoiou a degola de Dilma, esteve naquele café da manhã de Gilmar Mendes e Eduardo Cunha, agarrou Pedro Parente: “Ele aumentou os preços 12 vezes em um mês, uma coisa absurda”. Castigo: na terça-feira 29, o gabinete de Paulinho na Câmara foi alvo de buscas da Polícia Federal, numa operação que tentou prender o vice-ministro do Trabalho de Temer.

No mesmo dia, o Datafolha divulgou uma pesquisa telefônica a indicar 87% de apoio à greve e 56% à continuidade dela. Um bom feriado de Corpus Christi aos zumbis. •

